



Ruth Rubio Marín
Benedita Menezes Queiroz
Tiago Fidalgo de Freitas

Europa: ser ou não ser (II) – oportunidades

Serão estes Estados e os cidadãos mais desfavorecidos que estarão mais desiludidos amanhã e que assinarão a sentença de morte da União Europeia.

14 de Abril de 2020, 13:00

São essencialmente duas as formas de lidar com a pandemia a nível europeu. A primeira, que parece prevalecer neste momento, é aquela em que cada Estado procura olhar para os seus próprios interesses a curto prazo, sem contar com a ajuda dos seus vizinhos, mas tentando aprender com as suas experiências. Neste modelo, cada país enfrenta sozinho os dilemas morais e políticos de limitar mais rápida ou severamente os contactos interpessoais para conter ao máximo a expansão da pandemia e de abrandar a atividade económica, com os custos humanos que resultarão desta opção.

A outra abordagem consiste em compreender que, tanto no que diz respeito à gestão da crise de saúde pública quanto à da crise económica que certamente se seguirá, a principal obrigação moral de cada país não pode limitar-se aos cidadãos nacionais, mas antes deve estender-se aos cidadãos europeus, num destino que se espera comum. Esta segunda opção exige que os custos da crise sejam partilhados, requer um esforço muito maior para coordenar as respostas à crise sanitária e sobretudo para resistir à tentação de atribuir responsabilidades pela crise, pela sua gestão e pela capacidade de responder aos seus efeitos.

É, portanto, necessário lembrar aos líderes das instituições europeias, mas também aos chefes de Estado e de Governo dos Estados europeus, que é necessário ajudar os cidadãos europeus a desenvolver uma relação de pertença à União Europeia, cuja legitimidade democrática é menos direta, que não fala a língua materna da maioria dos europeus e que é composta por povos muito distantes, geograficamente, culturalmente e historicamente. E é necessário que os líderes europeus entendam que será difícil alcançar estes objetivos se — perante uma crise comum que ameaça bens tão primários como a própria vida e que deriva de um fator tão aleatório como a propagação global de um vírus proveniente da China — centrarem o debate mais no que nos torna diferentes do que no que nos une e se não considerarem seriamente a necessidade de coletivizar os danos resultantes da pandemia que, evidentemente, afeta de forma mais violenta os mais desfavorecidos. Serão sem dúvida estes Estados e os cidadãos mais desfavorecidos que estarão mais desiludidos amanhã e que assinarão a sentença de morte da União Europeia. Em detrimento de todos.

Neste sentido, será necessário assegurar que a solidariedade da União Europeia seja exercida de forma a garantir a inclusão dos mais fracos e vulneráveis, dos mais violentamente afetados por esta crise, a fim de evitar que os recursos disponibilizados através dos significativos — e, por enquanto, ainda hipotéticos — meios financeiros que estão em cima da mesa beneficiem grupos de pessoas que já são privilegiadas.



Se, de facto, estes recursos fossem gastos esquecendo o impacto diversificado da pandemia e as reações à própria pandemia, acabar-se-ia não só por violar um princípio fundamental do constitucionalismo moderno, o da igualdade, e por criar efeitos moralmente inaceitáveis, mas também por aumentar a distância percebida entre a União, os governos nacionais e os povos europeus, cimentando ainda mais o caminho de uma Europa “para as elites”.

Desempregados, migrantes, prisioneiros, mulheres, crianças, provavelmente até LGBTI, são todos, neste momento, chamados a fazer sacrifícios que parecem maiores, e mais intensos, do que aqueles para quem um lar e trabalho seguro, cidadania europeia e liberdade, por mais limitados que sejam pelas medidas de emergência sanitária, não estão em questão.

As revoltas, imediatamente reprimidas, que irromperam em algumas prisões, os constantes apelos à proteção das mulheres, contra as quais há receios de um ressurgimento da violência doméstica, os gritos de ajuda de empregadas domésticas e de cuidadoras, de trabalhadores agrícolas, de pessoas que ficaram desempregadas por força da pandemia e de sem-abrigo não podem ser esquecidos no plano de reconstrução que a União, para existir, terá de pôr em prática.

Neste plano, a recente decisão do Governo português de regularizar a permanência em território nacional de estrangeiros com processos pendentes no SEF à data da declaração do estado de emergência, permitindo o acesso destas pessoas ao Serviço Nacional de Saúde e a outros apoios sociais, é exemplo de uma medida inclusiva e de humanidade.

Mas o que é essencial salientar é que, na realidade, existe um dever moral para com cada pessoa, e não apenas para com os europeus. Deste ponto de vista, também, é ainda mais necessário que a Europa saia mais forte desta crise. Os Estados Unidos não estão em posição de exercer a função de liderança global de outrora: com eleições à vista, vítimas da polarização brutal da sociedade americana e de um presidente caprichoso e imprevisível que evidencia uma gestão desastrosa da pandemia, não podem sequer fingir coordenar uma resposta global.

Perante este cenário, a China — paradoxalmente, o Estado em que teve origem a pandemia e que terá ocultado dados sobre a mesma — foi o primeiro país a estender a mão a Itália ao enviar máscaras, por sua iniciativa, com um gesto diplomático que de ingénuo nada tem. Por tudo isto, uma postura verdadeiramente coordenada e solidária à escala europeia pode não só evitar que a pandemia cause milhares de vítimas adicionais, mas também salvar o modelo político mais justo da história da humanidade e o verdadeiro orgulho europeu: o Estado de direito democrático e social forjado desde a Segunda Guerra. Para tanto, é necessário, a um tempo, ser firme e inequívoco na rejeição de modelos autoritários ou quase-autoritários como aqueles que já se formalizaram na Hungria de Orbán e que se encontram em consolidação na Polónia do PiS.

A outro tempo, é essencial alargar o círculo daqueles que se consideram parte de um destino comum em toda a Europa e fazê-lo dando prioridade às necessidades daqueles que são mais vulneráveis. Só assim a Europa estará em condições de estender a mão ao resto



do mundo, como é seu dever, e de exercer a liderança que reflete o compromisso com os seus valores fundamentais e que honra a sua história.

Os autores escrevem segundo o novo acordo ortográfico

Professora catedrática da Universidade de Sevilha, diretora da cátedra UNESCO de Direitos Humanos e Interculturalidade e diretora do Gender and Governance Cluster da School of Transnational Governance

Professora auxiliar convidada da Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa

Assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e investigador associado do CIDP – Centro de Investigação de Direito Público